

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ UTFPR- CAMPUS
DOIS VIZINHOS- PR

TACIANE PETER PARIS

ANÁLISE DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E
BIOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE INCLUSÃO

DOIS VIZINHOS
2018

TACIANE PETER PARIS

ANÁLISE DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E
BIOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE INCLUSÃO

Trabalho apresentado para a banca examinadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Dois Vizinhos – como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientação: Professora Dra.
Rosângela Maria Boeno.

DOIS VIZINHOS

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, por todo esforço dedicado para que eu pudesse chegar até aqui, sem eles não seria possível enfrentar todas as dificuldades e obstáculos ao longo destes quatro anos.

Agradeço especialmente à minha mãe Rosana que por muitas vezes abriu mão de seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus, por ter sido meu chão, meu sustento, por me apoiar em cada decisão, por me entender nos momentos em que nada dava certo. Obrigada por estar comigo, você é tudo, e como sempre dizemos, eu por você, você por mim.

Agradeço ao meu pai Fabiano por estar ao meu lado me apoiando e encorajando pra seguir mesmo sabendo que seria difícil, por abrir mão de suas conquistas para permitir as minhas, você é meu anjo, meu protetor eterno, obrigada por estar comigo em cada passo do caminho.

Agradeço ao meu namorado Fernando por todo apoio dado nas dificuldades, e pedir desculpas pelas vezes acabei deixando nossa relação de lado pelos problemas ocorridos na faculdade, por não lhe dar a devida atenção quando você precisava. Obrigada por ajudar a me estruturar nos momentos em que quase me desestruturei, você é meu sol e meu grande amor.

Agradeço a minha orientadora Rosângela, por todas as orientações, todos os conselhos, pela disponibilidade em me auxiliar mesmo que estando em cima da hora, obrigada por ter sido minha bússola e me mostrar a direção correta.

Agradeço as minhas amigas Fabrícia e Letícia, por todos os momentos compartilhados, por ouvirem meus desabafos, por me darem um colo sempre que eu precisei, vocês são incríveis e sou muito grata por tê-las em minha vida.

Foi difícil chegar até aqui, mas muito mesmo, tive várias pessoas envolvidas neste trajeto que me ajudaram a suportar as adversidades, um ciclo se encerra e outro se inicia, com lágrimas nos olhos deixo aqui o meu eterno obrigado a todos.



TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso nº

ANÁLISE DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE INCLUSÃO

Taciane Peter Paris

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 16:00 horas do dia 13 de novembro de 2018 como requisito parcial para obtenção do título de Biólogo (Curso Superior em Ciências Biológicas – Licenciatura, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos). O candidato foi arguido pela banca examinadora composta pelos membros abaixo assinados. Após deliberação, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado.

Membro 1

Prof. Dr^a. Mara Luciane Kovalski UTFPR –
Dois Vizinhos

Prof. Dr^a. Rosangela Maria Boeno
UTFPR – Dois
Vizinhos(orientadora)

Membro 2

Prof. Renan de Bastos Andrade UTFPR –
Dois Vizinhos

Prof. Dr^a. Marciele Felippi
Coordenadora do Curso de
Ciências Biológicas
UTFPR – Dois Vizinhos.

A folha de aprovação assinada se encontra
na Coordenação do Curso.

RESUMO

PARIS. Taciane Peter. **ANÁLISE DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE INCLUSÃO.** 2018, 51p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Ciências Biológicas. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos 2018.

O presente trabalho visa realizar uma análise documental dos planos de ensino das disciplinas do curso de Ciências Biológicas da UTFPR - Campus Dois Vizinhos, buscando identificar como são contemplados os conteúdos relacionados à inclusão, a fim de compreender como se constitui a formação de professores para atuar com a Educação Inclusiva e identificar quais as disciplinas que trabalham conteúdos voltados à inclusão. Posteriormente é feita uma entrevista com os professores cujas disciplinas contemplam esses conteúdos, permitindo o conhecimento da sua opinião, das suas impressões e a sua conduta perante o assunto. A metodologia de pesquisa utilizada foi a qualitativa com aporte teórico de Análise de Conteúdo ancorado em Laurence Bardin. Através desta análise conclui-se que a formação de futuros graduados em Ciências e Biologia em relação às práticas voltadas à inclusão da UTFPR-Campus Dois Vizinhos é bastante defasada pelo fato de que apenas duas disciplinas apresentam conteúdos relacionados à inclusão sendo que deste total uma é optativa, ou seja, nem todos irão cursá-la.

Palavras-chaves: Inclusão, políticas, formação de professores.

ABSTRACT

PARIS. Taciane Peter. **ANALYSIS OF THE INITIAL TRAINING OF TEACHERS OF SCIENCES AND BIOLOGY IN RELATION TO THE PRACTICES OF INCLUSION.** 2018. 51p. Course Conclusion Work - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2018.

The present work aims to realize a documentary analysis of the disciplines' teaching plans of the Biological Sciences Course of UTFPR - Campus Dois Vizinhos, seeking to identify how the content related to inclusion is contemplated, in order to understand how is constitute the formation of teachers to act with Inclusive Education and to identify which subjects work contents related to inclusion. Subsequently, is made an interview with the teachers, whose disciplines contemplate these contents, allowing the knowledge of their opinion, their impressions and their conduct towards the subject. The research's methodology used was the qualitative with the theoretical contribution of Content Analysis anchored in Laurence Bardin. Through this analysis it is concluded that the training of future graduates in Science and Biology in relation to the practices aimed at the inclusion of UTFPR-Campus Dois Vizinhos is quite lagged by the fact that only two disciplines present contents related to inclusion, of which one is optative, that is, not everyone will attend it.

Keywords: Inclusion, politics, teacher training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA	12
2.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?.....	18
2.4 A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS E BIOLOGIASOBRE A INCLUSÃO.....	21
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	23
3.1 ABORDAGEM QUALITATIVA	23
3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL	24
3.3 MÉTODO DE ANÁLISE SEGUNDO LAURENCE BARDIN.....	25
3.4 ENTREVISTA.....	26
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
5. ANÁLISE DAS ESTREVISTAS.....	33
5.1 A ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS VOLTADOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	34
5.2 A ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS VOLTADOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	43

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva historicamente nunca foi um assunto muito debatido porque as pessoas com necessidades educativas especiais eram escondidas do restante da sociedade porque eram alvos de agressão, preconceitos e poderiam ser condenadas à morte em algumas culturas.

Segundo Mantoan (2011, p. 2) a educação especial no Brasil iniciou-se no século XIX, inspirada em experiências norte-americanas e europeias que foram trazidas por brasileiros, que implementaram ações isoladas para atender pessoas com “deficiências físicas, mentais e sensoriais”.

A história da educação de pessoas com deficiências pode ser definida em três períodos, de acordo com Mantoan (2011, p.3), “de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar”.

O primeiro período é marcado pelo atendimento clínico especializado na educação. Foram fundadas as instituições de assistência às pessoas com deficiência mental, física e sensorial, um exemplo é o Instituto dos Meninos Cegos. O principal objetivo da criação destas instituições era de proteger as pessoas com deficiência do restante da sociedade, através da sua isolamento.

O segundo período é marcado por ações públicas, criando campanhas em nível de Brasil, onde eram divulgados atendimentos especializados para cada tipo de necessidade especial, houve a criação de leis e decretos que passaram a garantir direitos às pessoas com necessidades especiais.

O terceiro período é marcado pela luta principalmente dos pais e de pessoas que se identificaram com esta questão e buscaram maneiras de garantir seu acesso à educação, cultura e atendimento especializado (MANTOAN, 2011). É neste momento também que as pessoas deficientes passaram a ter voz e lutar pelos seus próprios direitos.

A Educação Especial iniciou-se como uma forma de assistencialismo, visando apenas o bem estar das pessoas com deficiência, depois se priorizou os aspectos medicinais, posteriormente surgiram instituições de atendimento especializado, mais tarde foram integrados ao ensino regular e hoje choca-se com o processo de inclusão total (MANTOAN, 2011).

A inclusão total a que a autora se refere ainda está distante da realidade brasileira, pois a difusão da educação inclusiva na realidade das escolas do ensino comum brasileiras não ocorre conforme está transcrito nos documentos. Os alunos com necessidades especiais ganharam o direito de frequentar o ensino comum, entretanto, sua presença gerou mínimas modificações curriculares e estruturais nas escolas. Em relação às metodologias utilizadas em sala geralmente não são trabalhadas formas alternativas para atender as particularidades dos alunos inclusos, as avaliações geralmente são realizadas de forma igualitária a todos os alunos, não levando em consideração as particularidades apresentadas pelos alunos inclusos e a discriminação que muitos sofrem devido a sua condição, o que ainda é algo muito presente. Portanto, o que acontece é uma exclusão dentro do conceito da inclusão.

O Sistema Educacional busca através da inclusão, criar formas de superar as práticas discriminatórias ocorridas no âmbito escolar em relação aos alunos com necessidades educativas especiais, inserindo alunos com algum tipo de deficiência, seja ela, física ou mental o ensino comum com o objetivo de combater a exclusão destes alunos (MEC; SECADI, s/d, p.1).

No Brasil, não existe um curso superior específico para a Educação Inclusiva, desse modo, a maioria dos professores desconhece maneiras de trabalhar com os alunos oriundos da inclusão. Na maioria das vezes são desmotivados a trabalhar com estes alunos porque acreditam que para se trabalhar com alunos inclusos é necessária muita experiência e uma formação continuada, assim, é preciso recuperar a sua confiança de trabalho em ensinar alunos com diferentes capacidades.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como é abordado o processo de inclusão na formação de docentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – UTFPR – Campus Dois Vizinhos e como objetivos específicos compreender como se constitui a formação inicial de professores para atuar com a educação inclusiva, analisar os planos de ensino e conteúdos das disciplinas do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, procurando identificar quais disciplinas contemplam conteúdos relacionados à Educação especial e à inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais e identificar quais as estratégias

metodológicas utilizadas pelos docentes para com os discentes trabalhando sobre o assunto.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente a Educação Inclusiva não era muito debatida, um dos principais fatores que contribuíam para isso é que pessoas com necessidades educativas especiais eram escondidas da sociedade pelas suas famílias, porque eram alvos de agressão, preconceito e podiam ser até condenadas à morte em algumas culturas; outro fator é que a escolarização para este grupo não era integrada ao ensino comum, questões estas que contribuíam para a sua exclusão da sociedade.

Segundo Mantoan (2011, p.2) a educação especial no Brasil iniciou-se no século XIX, inspirada em experiências norte-americanas e europeias que foram trazidas por brasileiros que implementaram ações isoladas para atender pessoas com “deficiências físicas, mentais e sensoriais”.

A história da educação de pessoas com deficiências pode ser definida em três períodos, segundo Mantoan (2011, p. 3): “de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar”.

O primeiro período é marcado por ações de cunho privado, neste momento o Governo não se envolvia, apenas consentia com a sua realização. As façanhas iniciaram porque a sociedade passou a admitir que as pessoas com necessidades especiais necessitavam de um atendimento especializado.

A Educação Especial é caracterizada inicialmente pelo atendimento clínico especializado, pois, como não existiam ações voltadas para atender especificamente as necessidades dos deficientes, priorizou-se inicialmente a assistência médica, onde, passaram a receber avaliação e tratamento correspondente as suas condições. Posteriormente foram fundadas as primeiras Instituições de Assistência às pessoas com deficiência mental, física e sensorial, o Instituto de Meninos cegos, criado em 1854, onde atualmente funciona o Instituto Benjamin Constant, um local

especializado em ensino para deficientes visuais. O segundo é o Instituto de Surdos Mudos, criado em 1857, onde atualmente funciona o Instituto Nacional de Educação dos Surdos, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. (MEC; SECADI, s/d, p.2).

A terceira instituição foi a Associação de pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que foi criada no ano de 1954, motivados pela senhora Beatrice Bemis, oriunda dos EUA, cuja filha possuía a Trissomia do cromossomo 21, ou popularmente conhecida como Síndrome de Down, um grupo de pais, professores, amigos, médicos fundaram a instituição. No final de 1962 já existiam 16 instituições, sendo 12 localizadas no estado de São Paulo. Caracterizada pelo maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, dentro da sua área de atuação (APAE, 2006, p.1).

Até meados dos anos 50 a questão sobre Educação Inclusiva não era muito debatida, foi graças às lutas ideológicas travadas pelas escolas especiais que houve avanço da inclusão (ROGALSKI, 2010).

O surgimento destas garantiu a conscientização da sociedade em relação à necessidade de criarem-se locais de atendimento especializado para as pessoas com deficiência, porém, era uma medida precária, porque o número de atendimento era muito baixo (MIRANDA, 2003). As ações realizadas neste período não eram consideradas de caráter educacional, priorizavam apenas a questão de assistencialismo.

O segundo período é marcado pelas ações públicas, onde, o Governo assume a Educação Especial. Inicia suas ações com a criação de campanhas em nível nacional divulgando atendimentos especializados para cada tipo de necessidade especial, um exemplo é a Campanha para educação do Surdo Brasileiro, posteriormente ocorreu à criação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos, além desta campanha surgiram outras, para atender outros tipos de deficiências (MANTOAN, 2011).

Estas mudanças no âmbito educacional e constitucional iniciaram-se segundo Rogalski (2010, p.2) apenas em 1970 quando a Educação Especial passou a ser discutida. O Governo passa então a criar órgãos normativos e instituições públicas e privadas que passaram a atender as pessoas com necessidades especiais.

O terceiro período é marcado pela luta dos pais das pessoas com deficiência, fundando instituições de ensino especializado para alunos deficientes, que

passaram e reivindicar seu direito de coabitação com as demais pessoas da sociedade, a única divergência é de que precisavam de ajuda e modificações para que pudessem se ajustar. A educação inclusiva surgiu através de muitas lutas, de pais, de alguns políticos que realmente se identificaram com esta questão e buscaram maneiras de garantir seu acesso à educação, cultura, atendimento especializado. (MANTOAN, 2011).

O objetivo da inclusão é quebrar esses paradigmas pré-estabelecidos, garantindo a inserção de pessoas consideradas “fora dos padrões” por apresentarem alguma limitação sendo ela, física, mental, cultural, social, ela vem para quebrar o tabu de que este grupo merece ser excluído e receber uma educação especial.

Segundo Rogalski (2010, p.3) historicamente a educação especial:

[...] tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial.

O Brasil é um país que se opõe a inclusão escolar, na sua maioria, preferindo se organizar em associações para garantir o direito dos seus filhos à educação. Somente no final da década de 80 e início dos anos 90, conforme aponta Mantoan (2011, p. 5) que as pessoas portadoras de alguma deficiência têm se organizado, “participando de Comissões, de Coordenações, Fóruns e movimentos”, conquistando o direito de serem respeitadas, ganhando espaço em diversos setores trabalhistas, esportivos, arquitetônicos, segurança, dentre outros.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA

Segundo Mantoan (2011, p.5) “Nossas leis educacionais sempre dedicaram capítulos à educação de alunos com deficiência, como um caso particular do ensino regular”.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 4.024 no artigo 88, menciona a “educação de excepcionais”, garantindo o direito à educação no sistema geral de ensino, com o objetivo de integrá-los na comunidade, ou seja, quando o aluno não se enquadrasse no sistema geral, deveria frequentar a escola especial.

Em 1972 a educação de excepcionais foi entendida como parte da educação escolar pelo Conselho Federal de Educação (MANTOAN, 2011).

Em 1973 é criado o Centro Nacional de Educação Especial, que foi criado com a finalidade de melhorar o atendimento aos excepcionais. Segundo Rogalski este centro é (2010, p.7):

[...] responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado.

Segundo MEC e SECADI (s/d, p.2) a sua criação não garante o acesso universalizado à educação especial, “permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de estudantes com deficiência”, ainda são ações isoladas do governo e com caráter assistencialista e os alunos com superdotação, passaram a ser atendidos no ensino comum, porém, não houve uma adaptação as suas peculiaridades de aprendizagem.

Em 1986 ocorreu a mudança de nomenclatura de “alunos excepcionais” para “alunos com necessidades educacionais especiais” realizada pela portaria CENESP/MEC nº 69 (MANTOAN, 2011, p. 9). Porém não gerou nenhuma interpretação diferenciada aos alunos com deficiência.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, definindo no artigo 205 que “a educação é um direito de todos e dever do estado e da família visando o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988, p.124). No artigo 208 da Constituição e no artigo 58 da LDB de 1996 trazem que é dever do estado o atendimento especializado para os alunos que necessitam deste atendimento, ocorrendo preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, p.125).

A utilização do termo preferencialmente significa que o aluno que necessitasse de atendimento especializado, poderia recebê-lo no ensino comum de preferência, mas ele pode também ser realizado na educação especial. Em dado momento o Governo lançou a proposta de alterar o termo “preferencialmente” para “exclusivamente”, o que gerou muita revolta entre as pessoas, principalmente pais de alunos, que se mobilizaram contra esta modificação, porque as escolas

especializadas seriam extintas, ou seja, se o aluno não se adaptasse ao atendimento no ensino comum ele não teria como frequentar escola especial.

O estatuto da criança e do adolescente Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 no artigo nº54 capítulo IV inciso III dispõe sobre “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990, p. 14).

Do dia 7 ao dia 10 de junho de 1994, ocorreu a Conferência de Salamanca, na qual 92 países, incluindo o Brasil, reuniram-se para promover orientações, através da implementação da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática das Necessidades Educativas Especiais, propondo o Enquadramento de ações para a educação de jovens e adultos portadores de necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994). Esta Declaração fala pela primeira vez o termo “Educação Inclusiva”, trazendo ações que deveriam ser realizadas pelas escolas modificando-se curricularmente e estruturalmente para receber os alunos com necessidades especiais.

Em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial, onde, trazem a condição de que os alunos que tivessem capacidade de acompanhar o ritmo das atividades desenvolvidas com os alunos ditos normais poderiam frequentar a rede regular. Porém, esse decreto, não gera alteração das práticas educacionais, desconsidera os diferentes níveis de aprendizagem, deixando esta função a cargo do âmbito de Educação Especial.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – promulgou no artigo 58 “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 2005, p.25).

O artigo 59 da Lei 9.394 da LDBEN (1996) inciso I confere que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atenderas suas necessidades;” no Incisivo V: “acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular” (BRASIL, 2005, p.25).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no artigo 24 inciso II: “a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino” (BRASIL, 1999). As escolas deveriam matricular todos os alunos, se adequando às necessidades educacionais de cada um.

Em 1999 ocorreu a Convenção de Guatemala e é expedido o Decreto nº 3.956/2001, que define:

[...] que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais (BRASIL: MEC; SECADI, S/D, p.4).

Este Decreto teve grande repercussão em relação à Educação Especial, promovendo uma reinterpretação desta, a fim de eliminar as barreiras que impedem o acesso de todos a educação (BRASIL: MEC; SECADI, S/D).

No dia 2 de setembro de 2001, acompanhando as mudanças, a resolução CNE/CBE nº 2 que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica institui no artigo 1º, parágrafo único:

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (BRASIL: MEC; SEESP, 2001, p.70).

No artigo nº 2º do mesmo Decreto ficou instituído que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL: MEC; SEESP, 2001, p.71).

Com essas novas modificações os alunos com necessidades educativas especiais¹ ganham atendimento educacional especializado complementar a escolarização básica, porém, a inclusão educacional não é mencionada.

No ano de 2005, o Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a lei nº 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de sinais no capítulo II, artigo terceiro, onde deve ser:

[...] inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005, p.1).

A disciplina de Libras torna-se obrigatória em todos os cursos de licenciatura, de magistério e de Fonoaudiologia, porém, nos cursos de bacharelado e de educação profissional permanece como disciplina optativa e este decreto mantém-se desta maneira atualmente.

Com a criação das cotas, os alunos com necessidades educativas especiais passaram a ter direito de frequentar as universidades públicas. No capítulo IV no art. 14 do decreto citado acima, se prevê que estas instituições devem garantir para alunos surdos os intérpretes, porém, para ocorrer à contratação de um intérprete é necessário o Ministério da Educação (MEC) libere as vagas e que seja realizado um concurso, o que acontece na realidade é que o MEC não disponibiliza as vagas e os alunos surdos quando entram nas Universidades não recebem o auxílio do intérprete, tendo que acompanhar as aulas sem nenhum tipo de suporte, ou sendo acompanhados somente em algumas disciplinas por intérpretes de professores surdos.

A portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002, “aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino” (BRASIL: MEC; SEESP, 2001, p.4).

Somente no ano de 2003, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, desenvolve o Programa da Educação Inclusiva, cujo objetivo é garantir a formação continuada dos gestores e educadores dos estados e municípios modificando assim os sistemas educacionais em sistemas educacionais

¹ Embora o decreto utilize o termo portador de necessidades educativas especiais, na atualidade este termo está em desuso e o correto de se utilizar é aluno com necessidades especiais.

inclusivos, garantindo dessa maneira o acesso de alunos especiais no ensino regular (BRASIL: MEC, 2005).

Em 2004, é criado o documento “O acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, reafirmando assim os benefícios que a inclusão desses alunos com os demais traria nas turmas do ensino regular (BRASIL: MEC; SEESP, 2001).

Em 2006 ocorreu a Convenção sobre os direitos de pessoas com deficiência, aprovada pela ONU, foi incorporada a legislação Brasileira em 2008, com propósito de “proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2012, p.26). Os estados devem assegurar educação inclusiva em todos os níveis sem discriminação. Conforme o art. 24 do Decreto nº 6949 que trata sobre os Direitos das Pessoas com deficiência e seu Protocolo Facultativo, tendo como objetivos educacionais:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre (BRASIL, 2012 p.49).

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pelo Decreto Nº 6.094, formado por um conjunto de programas que tem por objetivo melhorar a Educação Básica brasileira em todas as suas etapas (BRASIL, 2007). Com relação à Educação Inclusiva, é oferecida formação continuada aos professores na área de Educação Especial e implantação de salas de recursos.

O Decreto nº7.611, de 11 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial e o atendimento especializado, propondo no artigo terceiro seus objetivos:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, p.5).

Neste documento é possível analisar que são criadas condições de acesso no ensino comum para os alunos portadores de deficiência, mas não se fala em inserção total nesta rede de ensino.

Em 2015 é criado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, através da Lei nº 13.146 de julho de 2015, como consta no artigo 1º que este documento é “destinado a assegurar e promover, em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASÍLIA, 2015, p.10).

O capítulo IV, art. 27 trata do direito à educação que se constitui como:

[...] direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p.7).

Na realidade o que acontece no ensino comum é apenas assegurado o direito a vaga, porque geralmente não ocorre uma adaptação às necessidades dos alunos inclusos, dificultando o seu desenvolvimento e impossibilitando um efetivo processo de inclusão educacional.

2.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

Uma crise de paradigmas gera muita incerteza, insegurança. Nos últimos anos, vive-se períodos caracterizados por grandes mudanças no âmbito escolar, porém, é o momento de se buscar novas possibilidades, novas alternativas e novos conhecimentos para sustentar esta mudança, situação que caracteriza a educação atualmente. Os atuais modelos de ensino estão sendo questionados e a matéria-prima da educação escolar está sendo reinterpretada, é o que aponta Mantoan (2003).

A sociedade está repleta de diferenças culturais, sociais, religiosas e de gênero que cada vez mais estão sendo destacadas. A escola é um dos locais onde essas diferenças ficam perceptíveis devido ao número de alunos que são atendidos

regularmente. O papel da escola neste contexto é analisar o seu público e trabalhar atendendo as diferenças, visando o atendimento de todos os alunos.

Porém a realidade não é bem esta, a exclusão escolar é fortemente influenciada pelo fato citado acima e ocorre das mais diversas e perversas maneiras, devido aos “rótulos” criados pela sociedade. A educação abriu suas portas para grupos sociais distintos, porém, os conhecimentos antigos foram preservados, excluindo desta forma as pessoas que não os valorizam (MANTOAN, 2003). Os sistemas educacionais isolam as disciplinas em áreas do conhecimento e realizam o mesmo com os alunos, dividindo-os em “normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças” (MANTOAN, 2003, p.13).

Se o objetivo da Educação Brasileira é garantir acesso igualitário e uma educação de qualidade independente da condição do aluno, é necessário que os currículos sejam reformulados levando em consideração as particularidades de cada aluno, garantindo uma educação livre de paradigmas e de preconceitos, que passe a valorizar as diferenças.

De acordo com Campbell (2016) a educação inclusiva é uma tentativa de inserção de qualquer aluno que apresente dificuldades de aprendizagem ou alguma deficiência, assegurando assim os mesmos direitos educacionais que os demais alunos, sendo bem-vindos nas instituições e respeitados como parte da sociedade.

O que torna essa questão muito discutível é que existe um desafio muito grande nesse contexto, pois para a eficácia da inclusão é necessário desenvolver uma educação que atenda às necessidades do aluno e que consiga educar os demais, essa proposta é feita com o objetivo de tentar inserir esses alunos o mais próximo possível da realidade dos demais alunos ditos normais, conforme aponta Campbell (2016).

O fato é que esta tentativa de aproximação com a realidade acaba se tornando um grande desafio para a escola e principalmente para o professor. No Brasil as escolas públicas enfrentam um grande desafio, a saturação de alunos nas salas de aulas, ou seja, existem turmas com quarenta ou mais alunos, onde, deste total um ou mais alunos podem apresentar algum tipo de deficiência ou alguma dificuldade.

O que acontece na maioria dos casos é que a inserção dos alunos com deficiência na escola comum, atendendo ao objetivo da inclusão, exige adaptar as metodologias e conteúdos trabalhados com os demais alunos, porém, devido a alguns fatores: o número elevado de alunos, o tempo da aula, nível de organização, participação e educação da sala, disponibilidade de recursos, nível de formação do professor para atender aos alunos inclusos, os professores optam por aplicar o conteúdo de maneira igualitária, o que acaba gerando a exclusão desses alunos.

Modificar as práticas educativas, para garantir o sucesso da educação inclusiva é uma tarefa muito difícil, são necessárias várias modificações na estrutura curricular e arquitetônicas, preparações do corpo docente (que muitas vezes são ineficientes), alteração e adequação das metodologias teóricas, são algumas das atitudes que precisam ser tomadas para garantir o sucesso desse processo.

Os alunos com necessidades especiais, segundo o conceito de integração têm o direito de “transitar no sistema educacional” (MANTOAN, 2003, p.15) podendo receber atendimento tanto no ensino comum quanto no especial, recebendo todos os tipos de atendimento em diversos espaços “escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados” (MANTOAN, 2003, p.15).

A integração segundo Mantoan (2003) pode ser entendida como “o especial na educação e o especial da educação”, o primeiro que se refere ao que está disposto nos Documentos, em que o aluno tende a se adequar ao sistema comum de ensino. O Segundo se refere à capacidade das escolas em atender as demandas diversas de alunos, “sem gerar nenhum tipo de discriminação, sem trabalhar a parte com alguns, sem estabelecer regras específicas para planejar, aprender e para avaliar” (MANTOAN, 2003, p.16) tendo a ver com a inclusão total dos alunos, englobando não só estes alunos com necessidades especiais, ultrapassando este âmbito, para que se possa reverter à situação brasileira, dos elevados índices de evasão escolar (MANTOAN, 2003).

Nesse sentido, percebe-se que a inclusão não se limita apenas ao âmbito da Educação Especial, mas à inclusão das minorias, ou seja, do negro, do índio, do pobre, do homossexual, dentre outros.

A cada ano o número de alunos incluídos no sistema regular de ensino só aumenta segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com os dados coletados em 2016, consta que 57,8% das escolas Brasileiras possuem alunos com deficiência, a região Norte apresenta os maiores índices de alunos com deficiência (BRASIL, 2017).

Outra questão apontada por Mantoan (2011, p. 15) sobre a inclusão escolar:

[...] É importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que temos meios de efetivá-las. Essas mudanças já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino e em escolas particulares no Brasil e no exterior, que aceitaram o desafio de se tornar verdadeiramente inclusivos e estão fundamentados nas teorias educacionais pós-modernas, no multiculturalismo, e em novos paradigmas que emergem no cenário da educação neste início de século.

A educação inclusiva é um direito humano, não se deve excluir uma pessoa, ou vedá-la do seu direito por apresentar uma limitação, seja ela, física, psicológica ou mental, a escola tem o dever de atender qualquer aluno, independente da sua condição, como determina a Constituição Federal, na qual é expresso o direito de igualdade a todos. Para haver a inclusão “é necessário que a escola se abra para abranger as mais diversas categorias de alunos que chegam diariamente ao ambiente escolar” (CAMPBELL, 2016, p.142).

2.4 A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS E BIOLOGIASOBRE A INCLUSÃO

A Constituição (1988) garante acesso à educação a todos os portadores de deficiências², limitações, déficits, na rede de pública de ensino regular. A escola tem a obrigação de ofertá-la, porém, para garantir a aprendizagem destes alunos, é necessário que o corpo docente juntamente com a equipe da escola estejam preparados para dar a devida assistência a esses alunos. Segundo Prais e Rosa (2017) a formação dos professores é um ponto muito importante para garantir o sucesso na efetivação das políticas destinadas à inclusão.

2 O termo “portadores de deficiência”, na atualidade está em desuso.

Para Lippe e Camargo (ALARCÃO apud, 2004) a formação dos docentes na área de Ciências e Biologia apresenta grandes problemas, os profissionais recém-formados, quando se deparam com alguma situação envolvendo alunos de inclusão colocam toda culpa da sua falta de conhecimento do assunto em seus cursos de formação, ocorrendo a desestimulação destes em continuar na docência.

As práticas pedagógicas destinadas aos alunos com necessidades especiais dentro das escolas do ensino comum é algo muito recente no nosso país, isso ocorre porque os alunos com algum tipo de deficiência, historicamente eram isolados da sociedade devido a sua condição, com isso, houve a necessidade da oferta de atendimentos específicos para estes, criou-se então as escolas de educação especial, onde são, até os dias atuais, ofertados atendimento específico educacional, psiquiátrico dentre outros, para alunos estes alunos (CAMPBELL, 2016).

Com o surgimento da Educação Inclusiva o professor do ensino comum, se depara, diariamente, com alunos muito diversificados, é muito difícil dar conta de atender da maneira adequada a todos, o que pode acabar prejudicando e muito a formação dos alunos que não respondem a didática utilizada pelo professor. É perceptível no âmbito escolar “que as diferenças devem ser aceitas e acolhidas como subsídio para montar ou complementar o cenário escolar, mas ainda é difícil encontrar professores que afirmem estar preparados para receber tais alunos” (CAMPBELL, 2016, p.158). Dessa forma fica evidenciado que os professores precisam estar se atualizando metodologicamente com muita frequência, adequando suas aulas, suas avaliações, suas metodologias, de acordo com as necessidades dos alunos, aprendendo a lidar com suas dificuldades e promovendo o crescimento coletivo.

Porém, o preparo profissional dos docentes para atuar na Educação Inclusiva é bastante defasado, isto é perceptível porque a maioria das Universidades Brasileiras, tanto públicas quanto privadas, durante o processo de formação dos futuros docentes não promovem momentos em que são abordados conteúdos, formas metodológicas alternativas e materiais didáticos que auxiliem na compreensão do conteúdo repassado, as práticas educativas são direcionadas para atendimento de alunos ditos normais, não ocorrendo à valorização das diferenças.

Outra questão é que o tempo destinado aos professores para sua hora atividade é constantemente reduzido pelo Governo e cursos de formação obrigatórios são realizados a maioria das vezes neste mesmo momento, como consequência, o período destinado ao preparo de aulas, ao estudo de formas metodológicas alternativas, a preparação de avaliações é totalmente prejudicado, fazendo com que o profissional prepare suas aulas de uma maneira igualitária para todos os alunos.

A ideia que se perpetua é de que ensinar alunos com deficiência necessita de muitos conhecimentos e de ampla experiência, o que acaba desqualificando o corpo docente das escolas e do ensino regular. É necessário ganhar a confiança dos professores, para que percam o medo de ensinar todos os alunos (MANTOAN, 2011).

Outro ponto é que a grande dificuldade é trabalhar com estes alunos da mesma forma que seria trabalhado com os demais alunos, dependendo da deficiência ou déficit do aluno, o seu comportamento e sua capacidade de aprendizagem pode variar muito podendo dificultar o desenvolvimento da aula e a aprendizagem dos demais.

Atualmente no Brasil não existe um curso de nível superior destinado a formação de professores para a educação especial, existem formações continuadas, pós-graduações nesta área ou mesmo cursos isolados de extensão, havendo assim a necessidade de rever as matrizes dos cursos de licenciatura, sem, no entanto, deixar de ofertar essas outras modalidades de formação.

Para se alcançar êxito nas práticas pedagógicas para alunos com necessidades especiais, primeiramente é necessário investir-se na formação universitária e continuada de professores, garantindo assim, uma melhoria no preparo destes para trabalhar de maneira eficaz e plausível que atenda as necessidades de cada aluno.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 ABORDAGEM QUALITATIVA

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho envolve uma abordagem qualitativa dos dados da pesquisa. Nesse sentido, o aporte teórico está ancorado na análise de conteúdo de Laurence Bardin. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses, dissertações, dentre outros, sobre a temática. Também realizou-se uma análise documental dos planos de ensino das disciplinas do curso de Ciências Biológicas - Licenciatura, a fim de fazer um levantamento das ementas e conteúdos que se voltam para a inclusão. Posteriormente, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com os professores das disciplinas que contemplam os conteúdos voltados à “inclusão”.

A palavra metodologia vem do grego “methodos” que significa “caminho para chegar ao fim”, ou seja, é o caminho percorrido para se alcançar um objetivo. Abrange todas as regras, instrumentos utilizados e procedimentos necessários para se utilizar numa dada pesquisa (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

A abordagem utilizada neste trabalho é qualitativa. Segundo Guerra (2014, p. 11):

[...] o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (p.11).

Guerra (2014) cita que para realização deste processo investigativo, existem três passos fundamentais que podem ser seguidos: “1º Interação entre o objeto de estudo e o pesquisador; 2º O registro de dados ou informações coletadas; 3º A interpretação/ do pesquisador;” (GUERRA, 2014, p.11). O pesquisador busca entender como ocorrem os fenômenos, não se preocupando em quantificá-los, centrando-se na explicação da dinâmica das relações sociais, com o objetivo de gerar novas informações aprofundadas (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Segundo Ludke e André (1986) a análise documental é pouco explorada, não só na área da educação como também em outras áreas. Pode ser construída utilizando a técnica qualitativa de análise. São exemplos de documentos leis, normas, diretrizes, regulamentos, arquivos escolares e planos de ensino. “Estudos

baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta” (PIMENTEL, 2001, p.180).

Sua utilização é vantajosa, porque persiste ao longo do tempo, pode ser consultada várias vezes, é uma fonte natural de informação sobre um determinado contexto, seu custo é baixo, na maioria das vezes e o maior investimento é no tempo para realizar a análise dos conteúdos do seu interesse de pesquisa (LUDKE, ANDRÉ, 1936).

A análise documental se efetivou a partir da observação dos planos de ensinios do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, da UTFPR- Campus Dois Vizinhos, a fim, de verificar se as disciplinas contemplam conteúdos voltados à inclusão e como esses conteúdos são trabalhados ao longo da graduação.

3.3 MÉTODO DE ANÁLISE SEGUNDO LAURENCE BARDIN

A metodologia de análise de conteúdo que foi utilizada para analisar as ementas e os planos de ensino é segundo Bardin (2011): “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”, (p.15) sendo organizado em três etapas: 1º pré-análise; 2º exploração do material; 3º tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

A fase de pré-análise é o momento de escolha dos documentos que serão analisados e elaboração de objetivos gerais e específicos. Na primeira etapa da pré-análise, o pesquisador deve realizar uma leitura (flutuante) dos documentos a serem analisados (BARDIN, 2011).

Na segunda etapa da pré-análise o pesquisador deve realizar a escolha de documentos que irão compor o corpus da análise de conteúdo. Para realizar este processo existem algumas regras: a primeira é a regra da exaustividade: nenhum documento deve ser deixado de fora; regra da homogeneidade: todos os documentos devem possuir o mesmo tema; regra da pertinência: os documentos devem corresponder aos objetivos da análise (BARDIN, 2011).

A terceira etapa da pré-análise é a formulação de hipóteses e objetivos. A primeira é o que o trabalho quer verificar, a segunda é qual a finalidade da análise, para que os resultados obtidos serão utilizados (BARDIN, 2011).

A quarta etapa da pré-análise é a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, são feitos recortes nos documentos nas partes que caracterizam a mensagem a ser transmitida pelos mesmos. A última etapa é a preparação do material, tudo que foi reunido deve ser organizado e editado (BARDIN, 2011).

Após concluir esta etapa, o pesquisador adentra na exploração do material, esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

A última etapa da análise consiste no tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados serão analisados sendo feitas as interpretações e análises críticas e reflexivas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

3.4 ENTREVISTA

Após a análise dos planos de ensino, ementário e grade curricular foi realizada uma entrevista com os professores do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, cujas disciplinas apresentam conteúdos relacionados à educação especial e à inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais. Este roteiro teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UTFPR (Anexo 3). A entrevista é uma forma oral de comunicação verbal, permitindo o conhecimento da sua opinião, dos seus sentimentos e quais seriam suas condutas perante o assunto, que permite contato direto com o entrevistado (GUERRA, 2014).

É considerada uma ótima ferramenta de pesquisa, conforme aponta Ludke e André (1986):

[...] permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas. Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado (p.34).

Para ser realizada com eficácia é necessário se atentar para o “caráter de integração que permeia a entrevista” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.33), porque nesta esfera interrogativa se cria uma relação de interação entre o pesquisador e o entrevistado, sendo necessário mediar o clima da entrevista e o nível de aceitação de ambas as partes (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Pode ser realizada de maneira estruturada, que é muito semelhante a um questionário, porque deve ser seguido um roteiro de perguntas, numa ordem determinada, é vantajosa porque permite o esclarecimento com o entrevistador (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Outra forma de conduzi-la, que é como será conduzida neste trabalho, é pela entrevista semi-estruturada, na qual é realizado um roteiro básico, porém, não se segue rigidamente, é vantajosa porque permite a adaptação do entrevistador a algumas situações geradas ao longo da entrevista (LUDKE; ANDRÉ 1986).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já mencionado anteriormente, os documentos utilizados para realizar a análise foram os planos de ensino e as ementas oficiais do Curso de Ciências Biológicas, ambos disponíveis para consulta na página oficial da Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Campus Dois Vizinhos.

A matriz curricular do curso foi reformulada em 2016 e, devido a isso, realizou-se uma análise documental comparativa entre a matriz antiga que ainda é vigente até que todas as turmas que a utilizam concluam o curso e a nova matriz, cujos planos de ensino com a delimitação dos conteúdos só estão disponíveis até o 4º período, que é o estágio no qual os alunos ingressantes nessa nova grade estão matriculados. Quanto às ementas de todas as disciplinas, estas estão disponíveis na página oficial da universidade e foram analisadas na íntegra.

A matriz curricular antiga nº 22 é composta por 53 disciplinas obrigatórias, divididas em específicas das áreas afins da Biologia e áreas da Educação e Ensino. Porém, ao longo dos semestres as disciplinas específicas são predominantes e sua carga horária na maioria das vezes é muito superior às das disciplinas de Educação, sendo que poucas possuem uma equidade neste quesito, conforme demonstração na tabela 1. Um exemplo disso é o primeiro período, o qual é composto por oito

disciplinas, sendo que destas, apenas uma remete à área da Educação, a diferença da carga horária é também bastante divergente, as disciplinas técnicas apresentam uma carga horária situada entre 30 e 90 horas, já as de Educação variam de 30 a 75, a única disciplina da Educação que possui carga horária superior a todas é Estágio, porque se contabiliza as horas utilizadas nos estágios obrigatórios, ou seja, fora da Universidade. A indagação é que por se tratar de um curso de licenciatura o tempo necessário para a formação docente é muito inferior ao das disciplinas técnicas.

Tabela 1. Matriz Curricular nº 22

Período	Disciplina	Carga horária
1	Atividades Complementares	200 horas
1	Biologia celular	60 horas
1	Biologia de micro-organismos	90 horas
1	Comunicação oral e escrita	30 horas
1	Física aplicada à Ciências Biológicas	45 horas
1	História da Educação	30 horas
1	Introdução à Matemática	30 horas
1	Metodologia da Pesquisa em Educação	30 horas
1	Química geral e orgânica	60 horas
2	Botânica Morfológica	75 horas
2	Bioquímica geral	75 horas
2	Filosofia Geral	30 horas
2	Histologia e Embriologia	90 horas
2	Química Analítica	30 horas
2	Zoologia de Invertebrados Inferiores	75 horas
3	Anatomia	75 horas
3	Biofísica	45 horas
3	Botânica Econômica e Taxonômica	60 horas
3	Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar	30 horas
3	Psicologia da Educação	45 horas
3	Zoologia de Invertebrados Superiores	75 horas
4	Botânica Econômica e Taxonômica 2	60 horas
4	Didática geral	30 horas
4	Fisiologia Humana	90 horas
4	Genética geral e humana	60 horas
4	Teoria e prática de Ensino de Ciências e Biologia	75 horas
4	Zoologia de Vertebrados	60 horas
5	Botânica Fisiológica	90 horas
5	Ecologia Geral	60 horas
5	Estágio Curricular Supervisionado em Ciências 1	100 horas
5	Ética, Profissão e Cidadania	30 horas
5	Políticas Educacionais	30 horas
5	Teoria e Prática de ensino de Ciências e Biologia	75 horas
6	Bioestatística	30 horas
6	Biologia Molecular	60 horas
6	Ecologia de águas Continentais	60 horas
6	Estágio Curricular Supervisionado em Ciências 2	100 horas
6	Fisiologia Animal Comparada	60 horas
6	Geologia e Pedologia	60 horas
6	Microbiologia Ambiental	60 horas

7	Educação Ambiental	60 horas
7	Estágio curricular Supervisionado em Biologia 1	100 horas
7	Genética de populações e evolução	60 horas
7	Imunologia	30 horas
7	Libras 1	30 horas
7	Parasitologia Humana	30 horas
7	Paleontologia	30 horas
7	Trabalho de Conclusão de curso 1	60 horas
8	Cultura de Células e Tecidos Vegetais	30 horas
8	Estágio Curricular Supervisionado em Biologia 2	100 horas
8	Libras 2	30 horas
8	Sistema de Gestão Ambiental	45 horas
8	Saúde e Higiene	75 horas
8	Trabalho de Conclusão de Curso 2	60 horas

Fonte: UTFPR (2018).

A matriz curricular nova nº 35 apresenta uma realocação de disciplinas já existentes em períodos diferentes e algumas disciplinas novas, porém, a questão da carga horária e da frequência como já foi citada acima permanece, conforme aparece na Tabela 2, à disciplina de Teoria e prática de Ensino teve uma redução de 75 para 45 horas, a de Políticas Educacionais e de Didática tiveram um aumento de 30 para 45 horas, as demais que se mantiveram continuaram com a mesma carga como Psicologia da Educação e Estágio, por exemplo.

Tabela 2. Matriz Curricular nº 35

Período	Disciplina	Carga Horária
1	Biologia Celular	60 horas
1	Ética, Profissão e Cidadania	30 horas
1	Filosofia	30 horas
1	Introdução à Biologia	30 horas
1	Letramento Acadêmico: Leitura, Oralidade e Escrita.	30 horas
1	Macroevolução e Sistemática	30 horas
1	Psicologia da Educação	45 horas
1	Química Geral e Orgânica	75 horas
2	Bioquímica Geral	75 horas
2	Desenvolvimento do Ensino na História	45 horas
2	Diversidade de Microorganismos	45 horas
2	Histologia e Embriologia	90 horas
2	Matemática	30 horas
2	Políticas Educacionais	45 horas
3	Anatomia Humana	75 horas
3	Botânica Morfológica	75 horas
3	Física Aplicada às Ciências Biológicas	45 horas
3	Microbiologia	60 horas
3	Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar	30 horas
3	Zoologia 1	60 horas
4	Botânica Taxonômica 1	45 horas
4	Didática Geral	45 horas
4	Fisiologia Humana	90 horas
4	Genética Geral e Humana	60 horas
4	Teoria e Prática do Ensino de Ciências e Biologia 1	45 horas

4	Zoologia 2	75 horas
5	Botânica Fisiológica	90 horas
5	Botânica Taxonômica 2	60 horas
5	Ecologia de Ecossistemas	45 horas
5	Estágio Curricular Supervisionado em Ciências 1	100 horas
5	Metodologia da Pesquisa em Educação	30 horas
5	Projeto Integrador 1	45 horas
5	Teoria e Prática de Ensino de Ciências e Biologia 2	45 horas
6	Bioestatística	30 horas
6	Biologia Molecular	60 horas
6	Estágio Curricular Supervisionado em Ciências 2	100 horas
6	Geologia e Pedologia	45 horas
6	Imunologia	30 horas
6	Trabalho de Conclusão de Curso 1	60 horas
6	Zoologia 3	75 horas
7	Educação Ambiental	30 horas
7	Ecologia de Populações e Comunidades	60 horas
7	Estágio Curricular Supervisionado em Biologia 1	100 horas
7	Fisiologia Animal Comparada	60 horas
7	Libras 1	30 horas
7	Projeto Integrador 2	45 horas
7	Paleontologia	45 horas
8	Biogeografia	45 horas
8	Estágio Curricular Supervisionado em Biologia 2	100 horas
8	Genética de Populações e Evolução	60 horas
8	Libras 2	30 horas
8	Parasitologia e Saúde Pública	60 horas
8	Trabalho de Conclusão de Curso 2	60 horas
8	Atividades complementares	200 horas

Fonte: UTFPR (2018).

Os planos de aulas da referida matriz disponíveis se limitam até o quarto período, o que impede a realização da análise completa das modificações curriculares, uma vez que nem sempre o título ou as ementas constantes no ementário da grade do curso conseguem abarcar a globalidade dos conteúdos que serão trabalhados na disciplina. Nesse sentido, a análise dos planos de ensino, no qual estão especificados os conteúdos a serem trabalhados são fundamentais. Considerando que estes só contemplam a metade do curso, acaba ficando uma lacuna nesta pesquisa, que pode ser pesquisada futuramente.

Até o quarto período, em relação às disciplinas obrigatórias, não houve nenhuma novidade em relação a esta questão que é o foco deste trabalho, porém, as disciplinas já existentes poderiam ter em suas ementas conteúdos voltadas à inclusão, trabalhando essa questão em sala de aula, a criação de uma disciplina específica sobre esta temática é muito importante, mas enquanto isso não ocorre, porque não utilizar as que já existem.

O curso apresenta também 75 disciplinas optativas de acordo com a grade antiga que são ofertadas no terceiro, quinto, sétimo e oitavo período, a escolha é

feita pelo acadêmico na hora de fazer sua matrícula, sendo que para conclusão do curso é necessário que sejam cursadas obrigatoriamente duas optativas na área de Meio Ambiente, duas na área de Biotecnologia, uma na área de Saúde e uma na área de Educação, sendo estas as áreas de conhecimento em que divididas, várias destas ofertadas podem se englobar dentro de uma área somente, de duas ou das três áreas, porém, é necessário obrigatoriedade cursar o número de disciplinas por área, conforme citado anteriormente. De acordo com a Tabela 3, o número de disciplinas de Biotecnologia e Meio ambiente é superior as de Saúde e Educação, e obrigatoriamente são cursadas em menor número, o que mais uma vez remete à minimização das disciplinas voltadas à Educação no referido curso.

Tabela 3. Número de disciplinas por área de conhecimento matriz n°22

Optativas por área de conhecimento	Número de disciplinas
Educação	23
Biotecnologia	24
Saúde	20
Meio ambiente	39

Fonte: UTFPR (2018).

Na nova matriz curricular, as disciplinas optativas são divididas em: 1) Disciplinas ofertadas pelo curso de Ciências Biológicas; 2) Disciplinas aproveitadas dos demais cursos do Campus como optativas para o curso de Ciências Biológicas, o número de disciplinas se manteve igual, porém, sete disciplinas foram removidas e outras foram alocadas no lugar.

Tabela 4. Disciplinas optativas removidas e inseridas da matriz n° 22 e da matriz n° 35

Disciplinas removidas matriz n° 22	Disciplinas novas alocadas na matriz n° 35
Biogeografia	Biologia e Cidadania
Certificação Ambiental	Biologia Reprodutiva
Climatologia Ambiental	Comportamento animal
Ensino Médio: Organização, Curricular, planejamento e avaliação	Cultura de Células e Tecidos Vegetais
Entomologia	Ecologia de águas Continentais
Estética e Política	Ilustração Botânica

Fonte: UTFPR (2018).

Em relação às disciplinas por áreas de conhecimento, houve alteração no número das da área da Educação havendo a redução de uma disciplina que foi a de “Ensino Médio: Organização, Curricular, planejamento e avaliação” conforme mostrado na Tabela 5, na área de Saúde também houve a redução de uma disciplina a de “Entomologia”, as demais áreas mantiveram o mesmo número de disciplinas.

Tabela 5. Número de disciplinas por área de conhecimento matriz nº 35

Optativas por área de conhecimento	Número de disciplinas
Educação	22
Biotecnologia	24
Saúde	19
Meio ambiente	39

Fonte: UTFPR (2018).

O propósito deste trabalho que consiste na verificação de quais disciplinas contemplam conteúdos voltados à inclusão e as necessidades educativas especiais, e a realização da análise dos planos de aulas e ementas possibilitou a identificação de que apenas duas disciplinas, sendo uma optativa denominada “Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais”, e a outra uma disciplina obrigatória denominada “Psicologia da Educação” contemplam conteúdos relacionados a essas temáticas.

Assim sendo, verifica-se que a formação ofertada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Campus Dois Vizinhos, para alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, é claramente defasada em relação às práticas voltadas a inclusão e ou à educação especial, pelo fato de que, apenas uma disciplina da matriz antiga nº 22 sinaliza para o trabalho com a temática em análise, sendo esta a Disciplina de Psicologia da Educação, com carga horária de 45 horas semanais, que traz em sua ementa “Reflexão sobre temas contemporâneos do campo da Educação” e, ao analisar o plano de ensino da referida disciplina se percebe que apenas um conteúdo remete ao trabalho com a temática, mas num contexto mais amplo, neste caso, o conteúdo abordado refere-se às dificuldades de

aprendizagem e não especificamente ao processo de inclusão, o que será melhor discutido a partir da entrevista com a professora da disciplina.

No que se refere à matriz nova nº 35 a Disciplina citada anteriormente, Psicologia da Educação traz a mesma abordagem citada anteriormente, ou seja, aborda as dificuldades de aprendizagem e não especificamente as necessidades educativas especiais e/ou os processos de inclusão sendo que, esta temática se resume a uma disciplina optativa com carga horária de 45 h, o que limita a realização de um trabalho de qualidade. Além disso, as disciplinas optativas, de modo geral, são ofertadas nas sextas-feiras, ou seja, no encerramento da semana, quando os alunos já estão sobrecarregados com as atividades da semana, dificultando um melhor desempenho e aprendizagem por parte dos acadêmicos nesta disciplina.

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A realização da entrevista (anexo I) que foi transcrita permitiu o conhecimento mais aprofundado da opinião da docente em relação às práticas voltadas à inclusão e as necessidades educativas especiais. A entrevista foi realizada com uma única professora, denominada neste estudo Professora X, pelo fato de ministrar aulas nas duas disciplinas que apresentaram nas ementas e planos de ensino conteúdos diretamente relacionados à inclusão, que é o caso da disciplina de “Intervenção Pedagógica Necessidades Educativas Especiais”, ou por apresentarem de forma indireta como é o caso da disciplina “Psicologia da Educação” que trabalha o conteúdo de Dificuldade de Aprendizagem.

A entrevista foi realizada por disciplina, de acordo com os conteúdos contemplados no plano de ensino. O primeiro questionário direcionado à disciplina de “Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais” era composto por cinco perguntas e o questionário da disciplina de “Psicologia da Educação” era composto por duas perguntas.

5.1 A ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS VOLTADOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

A primeira pergunta do questionário é relacionada à maneira que os conteúdos são trabalhados com os acadêmicos, portanto, foi possível identificar através da entrevista, que o processo histórico das políticas educacionais, a forma como o processo de inclusão se dá no ensino comum e o documento de Salamanca, são trabalhados na disciplina. Em relação ao documento de Salamanca, a professora relatou uma atividade teórico-prática realizada em sala para garantir o conhecimento de todos os alunos a respeito deste documento, o qual será detalhado na questão na análise da questão 2. Outra dinâmica de trabalho foram às palestras com profissionais da área de Educação Especial, sobre o processo de inclusão e sobre questões como a cegueira, surdez, autismo e sala de recursos multifuncional. A forma didática utilizada pela professora é bastante diversificada, permitindo o conhecimento dos acadêmicos da parte histórica da legislação e também possibilita o contato com profissionais da área e o conhecimento de como a Educação Inclusiva se dá na realidade escolar, o que é fundamental para a atuação profissional dos futuros docentes.

A segunda questão investigou se a disciplina permitia a integração dos acadêmicos com os alunos com deficiência da Educação Básica. A Professora X relatou que a integração não foi realizada, pelo fato de que ao buscar parceria com instituições especializadas percebeu-se abertura quanto à participação dos profissionais nas palestras, mas não em relação às visitas in loco, talvez como uma forma de preservar os alunos que lá estudam. O contato com os profissionais atuantes na área foi bastante válido, porque permitiu a troca de experiências e de conhecimentos.

A terceira pergunta buscou informações se durante as aulas foram confeccionados materiais didáticos para serem utilizados com os alunos inclusos. A Professora X explicou que não houve confecção, tendo em vista que a professora estava trabalhando pela primeira vez a disciplina se ateu mais ao trabalho com a legislação, a teoria e a troca de experiência com os profissionais da Educação

Básica. Como a carga horária da Disciplina é muito reduzida (45 h/a) também inviabilizou a produção de materiais. No entanto, para estudar a Declaração de Salamanca, foi utilizada uma metodologia diferenciada, por meio de trabalho em grupo, os alunos apresentaram o conteúdo da disciplina se utilizando de diferentes gêneros textuais como: diário, história em quadrinho, entrevista com filmagem, notícias, dentre outros, o que contribuiu para a aprendizagem do conteúdo de maneira inovadora, possibilitando aos acadêmicos a aprendizagem de metodologias diferenciadas que podem ser utilizadas na sua atuação profissional, porém não especificamente com os alunos inclusos.

A produção de materiais para utilizar com os alunos inclusos seria bastante interessante e útil. Aprender a desenvolver materiais para trabalhar, por exemplo, com alunos surdos, autistas, cegos é de extrema importância já que estes apresentam uma carência de táticas metodológicas alternativas para possibilitar a sua compreensão do conteúdo, e principalmente na área de Ciências e Biologia, em que alguns conteúdos geram bastante dificuldade ao professor em ensinar aos alunos com algum tipo de deficiência.

A quarta pergunta se referia à carga horária, se esta é suficiente para a realização de um trabalho de qualidade. Segundo a professora X, a carga horária não é suficiente porque limita muito o trabalho e a possibilidade de elaboração de aulas mais diversificadas, como já foi relatado anteriormente, as disciplinas voltadas à Educação apresentam uma carga horária muito inferior em comparação com as Específicas, tanto na grade antiga quanto na grade nova, fato que acaba prejudicando o trabalho dos docentes, e a formação dos acadêmicos nesta temática, tornando-se algo bastante discutível, porque os alunos oriundos dela estão cada vez mais presentes na realidade escolar, e uma formação que valorize práticas voltadas a estes alunos é muito necessária e facilita o trabalho dos futuros profissionais.

A última pergunta voltou-se a abordagem realizada pelo curso de Ciências Biológicas sobre esta temática, procurando identificar se essa abordagem auxilia significativamente os acadêmicos para atuação com os alunos inclusos. A professora X afirmou que a disciplina supracitada não dá conta de uma formação mais significativa para a atuação profissional com esses alunos, por ser apenas uma disciplina que trabalha esta temática e sendo optativa, nem todos os alunos terão

acesso a ela, e nas demais disciplinas não é trabalhada esta abordagem, o que acarreta numa formação muito defasada em relação às práticas inclusivas.

5.2 A ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS VOLTADOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

A referida disciplina não traz em sua ementa, como já foi relatado neste trabalho, conteúdos específicos de inclusão, porém, ela traz o conteúdo “dificuldades de aprendizagem” em seu plano de ensino. A primeira pergunta remete a isso, se o conteúdo possibilita o trabalho com as necessidades educativas especiais e a inclusão. De acordo com a Professora X, nem todas as dificuldades de aprendizagem estão vinculadas às necessidades educativas especiais, o aluno muitas vezes pode não entender o conteúdo devido à metodologia utilizada pelo professor ou por outros motivos que não necessariamente seja uma deficiência. Para explicar estes processos são estudadas as principais teorias psicológicas e conteúdos relacionados à afetividade de Wallon e o espelhismo de Lacan, que ajudam a entender e a melhorar a prática pedagógica e a nessa disciplina busca-se refletir sobre os possíveis motivos das dificuldades apresentadas pelos alunos, mas não se relaciona especificamente o conteúdo às necessidades educativas especiais, pois não é este o objetivo da disciplina.

A segunda pergunta questiona como o conteúdo de dificuldades de aprendizagem, é trabalhado, a resposta se assemelha a resposta da questão anterior, porém acrescenta que durante as aulas são discutidas sobre as formas didáticas e metodológicas que possam beneficiar tanto os alunos com dificuldades de aprendizagem quanto os alunos com necessidades educativas especiais, e mais uma vez, a Professora X ratifica a importância do conhecimento das teorias psicológicas para entender o que acontece com o aluno e quais as formas mais eficazes para seu aprendizado. Portanto, é possível verificar que são discutidas em sala de aula algumas possibilidades de encaminhamentos a serem utilizados com os alunos com necessidades educativas especiais inclusos no Ensino Comum.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar através das análises documentais e das entrevistas se a formação acadêmica ofertada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Dois Vizinhos, no curso de Ciências Biológicas - licenciatura possui práticas voltadas para alunos com necessidades educativas especiais inclusos no ensino comum.

Diante disso, percebe-se que o trabalho referente à Educação Especial e a Inclusão das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais que o Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura realiza não é suficiente para a formação dos acadêmicos para atuação com alunos inclusos, sendo que a maior dificuldade se centra na carga horária da única disciplina que se volta a essa temática “Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais” e também por esta ser uma disciplina optativa, o que dificulta a participação de todos os alunos do curso.

Através da análise documental ficou perceptível que ocorre uma carência de disciplinas que abordem esta temática. A Educação Inclusiva no ensino comum é um direito garantido por lei, a presença de alunos da educação especial, na atualidade é algo muito comum na realidade escolar, isto ocorre, porque por muito tempo eles foram marginalizados da sociedade e tratados como “incapazes”. O convívio destas pessoas com os demais alunos nas escolas do ensino comum auxilia na sua socialização e no seu aprendizado, respeitando sempre suas limitações e suas necessidades. No entanto, é fundamental que o professor tenha uma sólida formação inicial e continuada para que a sua atuação com esses alunos seja de qualidade.

Devido á isso, os principais prejudicados são os alunos inclusos da Educação Básica, que deixam de aprender de maneira adequada pela falta de conhecimento dos professores sobre processos metodológicos que atendam as suas necessidades e garantam o seu aprendizado.

Seria necessária uma ampliação da carga horária das disciplinas que trazem conteúdos voltados à inclusão, as disciplinas já existentes poderiam incluir nos seus planejamentos e ementas assuntos sobre à inclusão e necessidades educativas especiais, criação de uma disciplina específica sobre a temática, oferta de formações, oficinas que abordem formas metodológicas e práticas educativas

direcionadas as diferentes necessidades educativas especiais, nas disciplinas específicas das áreas de Biologia, incentivar os docentes a buscar maneiras de instigar os futuros profissionais a criar e buscar maneiras de ensinar esses alunos.

Contudo, a necessidade de ampliação das cargas horárias das disciplinas e de se pensar em melhorar as práticas voltadas à inclusão escolar é algo pertinente, pois os alunos com necessidade educativas especiais estão frequentando as escolas do ensino comum, e nós como futuros professores, faremos um juramento nos comprometendo a passar além do conteúdo científico, a formação humana de todos os alunos e isso envolve o compromisso de acolher e garantir uma sólida formação pra todos os alunos.

REFERÊNCIAS

APAE. **Um pouco da história do movimento das APAES.** Depoimento senhora Dona Alda Moreira Estrázula, fundadora da Apae São Paulo. 2006, 7 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdos.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 124-125p.

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Brasília 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 03/06/2018.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, 22 de dezembro de 2005, 8 p. Disponível em: file:///C:/Users/LABCRAS/Downloads/2011123111452281decreto_n%C2%B0_5.626,_de_22_de_dezembro_de_2005_-_lingua_brasileira_de_sinais.pdf. Acesso em: 19/06/2018.

BRASIL. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **O Plano de desenvolvimento da educação:** razões, princípios e programas. Brasília, 24 de abril de 2007, 43 p.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007.** Brasília, 25 de agosto de 2009, 30 p.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011- republicação. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, 17 de novembro de 2011, p.5. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7611-17-novembro-2011-611788-republicacao-134290-pe.html>>. Acesso em: 19/06/2018.

BRASIL. **Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.** Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, janeiro, 2008, 19 p.

BRASIL. Lei Nº 4.024/61, art. 88, 20 de dezembro de 1961. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional 1961**. Brasília, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 11/05/2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diretrizes e bases para o ensino de 1º a 2º grau**. Brasília, 11 de agosto de 1971. Disponível em: <>. Acesso em: 24/05/2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências**. Coleção de Leis do Brasil, 1990, v. 4, 79p. Disponível em: <<file:///C:/Users/LABCRAS/Downloads/LEI-N%C2%BA-8.069-DE-13-DE-JULHO-DE-1990-Institui-o-ECA.pdf>>. Acesso em: 19/06/2018.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, MEC, SEESP, 2001, 79 p.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional 1996**. Brasília, 20 de dezembro, 2005, 64 p.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 6 de julho de 2015, 34p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar da educação básica 2016 – notas estatísticas**. Brasília, fevereiro de 2017. 29 p.

BRASIL. Ministério da educação. **Educação inclusiva direito de todos: documento orientador**. Brasília, 2005, 61 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

Brasília. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015.

CAMPBELL. Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wark, 2016.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed, rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

GUERRA. Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte, 52 p, 2014.

LIPPE, E.M.O; CAMARGO, E.P. Análise da formação inicial de professores de ciências e biologia frente ao desafio da inclusão escolar?: uma questão curricular. In:

Publicado nas atas do II Congresso Brasileiro de Educação, 2009, Bauru. **Anais eletrônicos**. Bauru: UNESP, v.1, p. 1-12. 2009. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/encine/2009-2-analise-da-formacao-inicial-de-professor-de-ciencias-e-biologia-frente-ao-desafio-da-inclusao-escolar.php>>. Acesso em: 06/04/2018.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, 22p.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. 50p.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. A educação especial no Brasil- da exclusão à inclusão escolar. **Pedagogia ao Pé da Letra in Educação, Educação Especial**. 25 março, 2011. 22p.

MEC/SECADI. (S/D) **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 15 p. Disponível em: <690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 10/05/2018.

Tatiana EngelGerhardt e Denise Tolfo Silveira [organizadoras]. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120 p, 2009.

MIRANDA, A. A. B. **História, deficiência e educação especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática do Professor de Alunos com Deficiência Mental, UNIMEP, 2003. Disponível em: <<http://livrosdamara.pbworks.com/f/historiadeficiencia.pdf>>. Acesso em: 08/06/2018.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p.731-747, jul. /ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>>. Acesso em: 30/04/2018.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina-PR. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>>. Acesso em: 10/05/2018.

PRAIS, J.L.S; ROSA, V.F. A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise. **Revista Educação Especial, Santa Maria**, v. 30, n. 57, p. 129-144, jan. /abr. 2017.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – **Revista de educação do IDEAU**. Rio Grande do Sul, vol. 5, n. 12, 13 p, Dezembro de 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção – na área das necessidades educativas especiais**. UNESCO Salamanca, Espanha, 7-10, junho, 1994, 49 p.

UTFPR. **Consulta Curso e Matriz Curricular 22-** Campus Dois Vizinhos- Licenciatura em Ciências Biológicas. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/ciencias-biologicas/Matriz22cobio.pdf>. Acesso em: 23/10/2018.

UTFPR. **Consulta Curso e Matriz Curricular 35-** Campus Dois Vizinhos- Bacharelado/Licenciatura em Ciências Biológicas. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/ciencias-biologicas/Gradecurricular35.pdf>. Acesso em: 23/10/2018.

UTFPR. **Disciplinas optativas com seus códigos na matriz 22.** Lista das disciplinas optativas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UTFPR, Câmpus Dois Vizinhos, por área de conhecimento. A distribuição das disciplinas nas respectivas áreas segue o Parecer CFBio GT 01/2010. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/ciencias-biologicas/ementario/Tabeladasdisciplinasoptativasporreadoconhecimento.pdf>. Acesso em: 23/10/2018.

UTFPR. **Disciplinas optativas:** Áreas do conhecimento. Matriz nº 35. Ministérios da Educação- Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Campus Dois Vizinhos: Coordenação do Curso de Ciências Biológicas. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/ciencias-biologicas/10Listadasdisciplinasoptativasporreadeconhecimento.pdf>. Acesso em: 23/10/2018.

UTFPR. **Disciplinas optativas:** Ementários. Ministérios da Educação- Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Campus Dois Vizinhos: Coordenação do Curso de Ciências Biológicas. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/ciencias-biologicas/ementario/Ementriodasdisciplinasoptativasmatriz22.pdf>. Acesso em: 23/10/2018.

UTFPR. **Disciplinas optativas:** Ementário e carga horária. Ministérios da Educação- Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Campus Dois Vizinhos: Coordenação do Curso de Ciências Biológicas. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/ciencias-biologicas/9Ementrioecargahorriadasdisciplinasoptativasdocurso.pdf>. Acesso em: 23/10/2018.

ANEXOS

Anexo 1- Roteiro de Entrevista com a professora da disciplina de Intervenção pedagógica e necessidades educativas especiais.

- 1) Observando o plano de ensino da sua disciplina, percebe-se que esta apresenta conteúdos voltados às necessidades educativas especiais e/ou à inclusão educacional. De que maneira esses conteúdos são trabalhados com os acadêmicos?

- 2) A dinâmica das aulas possibilita a integração dos alunos do ensino superior com os alunos com deficiência da Educação Básica?

- 3) Durante as aulas são produzidos materiais didáticos que podem ser utilizados com os alunos inclusos?

- 4) Em sua opinião, a carga horária da sua disciplina é suficiente para a realização de um trabalho de qualidade sobre essas temáticas? Caso não seja suficiente, qual a sugestão de carga horária?

- 5) Em sua opinião, a abordagem que o curso de Ciências Biológicas realiza sobre essa temática auxilia significativamente os acadêmicos para a atuação com alunos inclusos? Justifique.

Anexo 2- Roteiro de Entrevista com a professora da disciplina de Psicologia da Educação.

- 1) A disciplina de Psicologia da Educação não aborda especificamente em sua grade Curricular conteúdos voltados às necessidades educativas especiais e/ou inclusão, porém observando a distribuição dos conteúdos do plano de ensino da disciplina, verifica-se que há o conteúdo de dificuldades de aprendizagem. Como esse conteúdo é trabalhado? Ele possibilita o trabalho com as necessidades educativas especiais e/ou a inclusão educacional?

- 2) De que maneira é trabalhado o conteúdo de dificuldades de aprendizagem?

ANEXO 3 – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Formação inicial de professores de Ciências e Biologia e a inclusão

Pesquisador: ROSANGELA MARIA BOENO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97618918.8.0000.5547

Instituição Proponente: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.941.951

Apresentação do Projeto:

De acordo com as pesquisadoras:

Desenho:

O presente projeto visa analisar os resultados da análise documental dos planos de ensino do curso de Ciências Biológicas da UTFPR- Campus Dois Vizinhos procurando identificar quais disciplinas contemplam conteúdos relacionados à inclusão, a fim de compreender como se constitui a formação de professores para atuar com a Educação Inclusiva. Identificar as disciplinas que trabalham conteúdos voltados à inclusão e o contexto de formulação das políticas públicas voltadas à inclusão. Posteriormente será feita uma entrevista com os professores, cujas, disciplinas contemplam conteúdos voltados ao assunto, permitindo o conhecimento da sua opinião, das suas impressões e quais seriam suas condutas perante o assunto que permite contato direto com o entrevistado. A metodologia de pesquisa utilizada será a qualitativa com aporte teórico de Análise de Conteúdo ancorado em Laurence Bardin. Espera-se com essa pesquisa verificar se o que está proposto na ementa é repassado pelos docentes durante a formação dos discentes, no que se refere às práticas voltadas a inclusão, a fim de propor ações em nível de campus, no sentido da inclusão, tais como: ações e/ou Projetos de Extensão, formações continuadas aos docentes, disciplinas regulares e/ou optativas, dentre outros.

De acordo com as pesquisadoras:

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165

Bairro: CENTRO

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.230-901

Telefone: (41)3310-4494

E-mail: coep@utfpr.edu.br

Continuação do Parecer: 2.941.951

Resumo:

O presente projeto visa analisar os resultados da análise documental dos planos de ensino do curso de Ciências Biológicas da UTFPR- Campus Dois Vizinhos procurando identificar quais disciplinas contemplam conteúdos relacionados à inclusão, a fim de compreender como se constitui a formação de professores para atuar com a Educação Inclusiva. Identificar as disciplinas que trabalham conteúdos voltados à inclusão e o contexto de formulação das políticas públicas voltadas à inclusão. Posteriormente será feita uma entrevista com os professores, cujas, disciplinas contemplam conteúdos voltados ao assunto, permitindo o conhecimento da sua opinião, das suas impressões e quais seriam suas condutas perante o assunto que permite contato direto com o entrevistado. A metodologia de pesquisa utilizada será a qualitativa com aporte teórico de Análise de Conteúdo ancorado em Laurence Bardin. Espera-se com essa pesquisa verificar se o que está proposto na ementa é repassado pelos docentes durante a formação dos discentes, no que se refere às práticas voltadas a inclusão, a fim de propor ações em nível de campus, no sentido da inclusão, tais como: ações e/ou Projetos de Extensão, formações continuadas aos docentes, disciplinas regulares e/ou optativas, dentre outros.

De acordo com as pesquisadoras:

Introdução:

A Educação Inclusiva historicamente nunca foi um assunto muito debatido porque as pessoas portadoras de necessidades especiais eram escondidas do restante da sociedade porque eram alvos de agressão, preconceitos e poderiam ser condenadas à morte em algumas culturas. Segundo Mantoan (2011, p. 2) a educação especial no Brasil iniciou-se no século XIX, inspirada em experiências norte-americanas e europeias que foram trazidas por brasileiros, que implementaram ações isoladas para atender pessoas com "deficiências físicas, mentais e sensoriais". A história da educação de pessoas com deficiências pode ser definida em três períodos, de acordo com Mantoan (2011, p.3), "de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar". O primeiro período é marcado pelo atendimento clínico especializado na educação. Foram fundadas as instituições de assistência a pessoas com deficiência mental, física e sensorial, um exemplo é o Instituto dos Meninos Cegos. O principal objetivo da criação destas Instituições era de proteger as pessoas com deficiência do restante da sociedade, através da sua isolamento. O segundo período é marcado por ações públicas, criando campanhas em nível de Brasil, onde eram divulgados atendimentos especializados para cada tipo

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165
 Bairro: CENTRO CEP: 80.230-901
 UF: PR Município: CURITIBA
 Telefone: (41)3330-4494 E-mail: coep@utfpr.edu.br

Continuação do Papear: 2.941.951

de necessidade especial, houve a criação de leis e decretos que passaram a garantir direitos as pessoas com necessidades especiais. O terceiro período é marcado pela luta principalmente dos pais e de pessoas que se identificaram com esta questão e buscaram maneiras de garantir seu acesso à educação, cultura e atendimento especializado (MANTOAN, 2011). É neste momento também que as pessoas deficientes passaram a ter voz e lutar pelos seus próprios direitos. A Educação Especial iniciou-se como uma forma de assistencialismo, visando apenas o bem estar das pessoas com deficiência, depois se priorizou os aspectos medicinais, posteriormente surgiram às instituições de atendimento especializado, mais tarde foram integrados ao ensino regular e hoje são inclusos totalmente (MANTOAN, 2011). A autora traz o termo "inclusos totalmente", porém, a difusão da educação inclusiva na realidade das Escolas Regulares Brasileiras, não ocorre conforme está transcrito nos documentos. Os alunos com necessidades especiais ganharam o direito de frequentar a rede regular de ensino, entretanto, sua presença gerou mínimas modificações curriculares e estruturais nas escolas. Em relação às metodologias utilizadas em sala geralmente não são trabalhadas formas alternativas para atender as particularidades dos alunos inclusos, as avaliações geralmente são realizadas de forma igualitária a todos os alunos, não levando em consideração as particularidades apresentadas pelos alunos inclusos e a discriminação que muitos sofrem devido a sua condição, o que ainda é algo muito presente. Portanto, o que acontece é uma exclusão dentro do conceito da inclusão. O Sistema Educacional busca através da inclusão, criar formas de superar as práticas discriminatórias ocorridas no âmbito escolar em relação a alunos com necessidades especiais, inserindo alunos com algum tipo de deficiência, seja ela, física, mental ou psicológica, na rede regular de ensino com o objetivo de combater a exclusão destes alunos (MEC; SECADI, s/d, p.1). No Brasil, não existe um curso superior específico para a Educação Inclusiva, desse modo, a maioria dos professores desconhece maneiras de trabalhar com os alunos oriundos da inclusão. Na maioria das vezes são desmotivados a trabalhar com estes alunos, porque acreditam que para se trabalhar com alunos inclusos é necessária muita experiência e uma formação continuada, assim, é preciso recuperar a sua confiança de trabalho em ensinar alunos com diferentes capacidades. O presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto de formulação das políticas Educacionais e das políticas públicas voltadas à inclusão, compreender como se constitui a formação de professores para atuar com a Educação Inclusiva, identificar as disciplinas do curso de Ciências Biológicas da UTFPR- Campus Dois Vizinhos que trabalham conteúdos voltados à inclusão. Após a análise, será feita uma entrevista com os professores cujas disciplinas contemplam estes conteúdos, verificando-se desta forma se estes são realmente trabalhados ao longo do curso

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165

Bairro: CENTRO

CEP: 80.230-901

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3310-4404

E-mail: coep@utfpr.edu.br

UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO



Continuação do Projeto: 2.041.851

como está explícito nos documentos. A metodologia utilizada para fazer esta análise é a qualitativa onde o pesquisador busca entender como ocorrem os fenômenos, não se preocupando em quantificá-los, centrando-se na explicação da dinâmica das relações sociais, com o objetivo de gerar novas informações aprofundadas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), com aporte teórico baseado em Laurence Bardin.

De acordo com as pesquisadoras:

Hipótese:

- Os professores de modo geral, não trabalham conteúdos relacionados à inclusão porque esses conteúdos não constam nos planos de ensino.

De acordo com as pesquisadoras:

Metodologia Proposta:

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho envolve uma abordagem qualitativa dos dados da pesquisa. Nesse sentido, o aporte teórico está ancorado na análise de conteúdo de Laurence Bardin. Para tanto, realizar-se-á pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses, dissertações, dentre outros, sobre a temática. Também realizar-se-á uma análise documental dos planos de ensino das disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a fim de fazer um levantamento das ementas e conteúdos que se voltam para a inclusão. Posteriormente, será realizada uma entrevista semi-estruturada com os professores das disciplinas que contemplam os conteúdos voltados a "inclusão".

De acordo com as pesquisadoras:

Critério de Inclusão:

Professores do Curso de Ciências Biológicas da UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos, cujas disciplinas tenham conteúdos/temas voltados às Necessidades Educativas Especiais e/ou à Inclusão das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais.

De acordo com as pesquisadoras:

Metodologia de Análise de Dados:

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho envolve uma abordagem qualitativa dos dados da pesquisa. Nesse sentido, o aporte teórico está ancorado na análise de conteúdo de Laurence Bardin.

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165

Bairro: CENTRO

CEP: 86.230-901

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3310-4404

E-mail: coep@utfpr.edu.br

UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO



Continuação do Projeto: 2.941.951

De acordo com as pesquisadoras:

Desfecho Primário:

Análise dos planos de ensino dos professores que ministram aula no curso de Ciências Biológicas da UTFPR- Campus Dois Vizinhos.

De acordo com as pesquisadoras:

Desfecho Secundário:

Confrontar os conteúdos relacionados às necessidades educativas especiais e à inclusão com os depoimentos dos professores cujas disciplinas se voltam às temáticas anteriormente citadas para verificar de que maneira os conteúdos são trabalhados.

De acordo com as pesquisadoras:

Tamanho da Amostra no Brasil: 31

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com as pesquisadoras:

Objetivo Primário:

- Este trabalho tem por objetivo analisar como ocorre o trabalho sobre o processo de Inclusão da Pessoa com Necessidades Educativas Especiais na formação de docentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos.

Objetivo Secundário:

- Analisar como historicamente foram se constituindo as políticas educacionais da Educação Especial e as políticas públicas voltadas à Inclusão da Pessoa com Necessidade Educativas Especiais no Brasil.- Compreender como se constitui a formação inicial de professores para atuar com a Educação Inclusiva na educação brasileira.- Identificar as disciplinas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos que trabalham conteúdos voltados às Necessidades Educativas Especiais e à Inclusão Educacional dessas pessoas.- Analisar os planos de ensino e conteúdos das disciplinas do curso, procurando identificar quais disciplinas contemplam conteúdos relacionados à inclusão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com as pesquisadoras:

Riscos:

Ao longo da entrevista pode ser que os entrevistados se sintam desconfortáveis e constrangidos

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165
Bairro: CENTRO CEP: 80.230-901
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3310-4494 E-mail: coep@utfpr.edu.br

UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.897.001

por estarem descrevendo sobre a sua atuação profissional, o que pode levá-los a omitirem algumas informações ou talvez até desistirem da sua participação na pesquisa. Caso ocorra algum constrangimento, o entrevistador suspenderá a entrevista e o entrevistado decidirá se continua ou desiste da participação na pesquisa.

Benefícios:

Este projeto se dirige para a temática da formação do perfil profissional dos futuros professores formados no curso de Ciências Biológicas em relação aos conteúdos voltados à Inclusão Educacional das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, ajudando a destacar a importância na melhoria das práticas e temáticas voltadas a este assunto ao longo da graduação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a área estudada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende parcialmente a Resolução 466 de 2012.

Recomendações:

Recomendações do Parecer Consubstanciado 2.897.012 de 16 de setembro de 2018:

1. No TCLE: Incluir informações sobre o CEP e anexar novamente.

NÃO ATENDIDO.

2. Incluir como anexo o roteiro da entrevista.

ATENDIDO.

3. Incluir como anexo:

"TERMO DE COMPROMISSO, DE CONFIDENCIALIDADE DE DADOS E ENVIO DO RELATÓRIO FINAL
Deve estar assinado pelo(s) pesquisador(es) e pelo(a) orientador(a), contendo seus nomes e também o título do projeto de pesquisa, é onde assumirão o compromisso de somente dar início ao estudo após a apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, também assegurando o caráter anônimo dos dados coletados na pesquisa, além de assegurar que todos os participante da pesquisa receberão uma cópia do Termo de Consentimento/Assentimento, e assegurar o envio do Relatório Final do projeto quando for concluído."

ATENDIDO

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165 CEP: 80.230-901
Bairro: CENTRO
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3310-4404 E-mail: coep@utfpr.edu.br

UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.941.951

4. Anexar cronograma.

ATENDIDO

5. Uniformizar todos os documentos.

NÃO ATENDIDO

6. Incluir a minimização dos riscos.

ATENDIDO

7. O CEP não avalia projetos já iniciados. Segundo o cronograma no projeto completo, a coleta de dados (resultado esperado) se deu em maio de 2018.

ATENDIDO. COLETA DE DADOS EM NOVEMBRO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PENDÊNCIAS NÃO ATENDIDAS DO PARECER ANTERIOR:

1. No TCLE: Incluir informações sobre o CEP e enviar através de notificação.

2. Incluir no projeto completo as mesmas informações que tem na Plataforma Brasil e no TCLE, bem como adequar o cronograma, no projeto, conforme consta na plataforma, e enviar ao CEP através de notificação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembramos aos senhores pesquisadores que, no cumprimento das atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverá receber relatórios anuais sobre o andamento do estudo, bem como a qualquer tempo e a critério do pesquisador nos casos de relevância, além do envio dos relatos de eventos adversos, para conhecimento deste Comitê. Salientamos ainda, a necessidade de relatório completo ao final do estudo. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP-UTFPR de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificado e as suas justificativas.

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3155

Bairro: CENTRO

CEP: 80.230-901

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3310-4494

E-mail: coep@utfpr.edu.br

UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.941.951

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1208897.pdf	01/10/2018 13:36:48		Aceito
Outros	CRONOGRAMA.pdf	01/10/2018 13:34:30	ROSANGELA MARIA BOENO	Aceito
Outros	termo.pdf	01/10/2018 13:33:01	ROSANGELA MARIA BOENO	Aceito
Outros	entrevistas.pdf	28/09/2018 16:59:44	ROSANGELA MARIA BOENO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/09/2018 16:58:30	ROSANGELA MARIA BOENO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	toc.pdf	29/08/2018 19:53:51	TACIANE PETER PARIS	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	29/08/2018 19:24:58	TACIANE PETER PARIS	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	28/08/2018 21:49:24	TACIANE PETER PARIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 04 de Outubro de 2018

Assinado por:
Frieda Saicla Barros
(Coordenador(a))

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165
Bairro: CENTRO CEP: 80.230-901
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3310-4494 E-mail: conep@utfpr.edu.br